



Parecer jurídico nº 029/2026-PGM
Processo Administrativo nº 1116006/2026
Dispensa de licitação nº 005/2026

Parecer jurídico – Dispensa de licitação com fulcro no artigo 75, inciso II, da lei nº 14.133/2021 – Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços técnicos de organização, planejamento e realização de processo seletivo simplificado, destinado ao provimento de vagas no quadro funcional da Secretaria Municipal do Desenvolvimento da Educação e do Desporto do Município de Caraúbas-RN.

I – RELATÓRIO

Trata-se de processo administrativo encaminhado a esse setor consultivo visando emissão de opinião jurídica acerca de sua legalidade.

Tal processo tem o intuito de formalizar a contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços técnicos de organização, planejamento e realização de processo seletivo simplificado, destinado ao provimento de vagas de cargos do quadro funcional da Secretaria Municipal do Desenvolvimento da Educação e do Desporto do Município de Caraúbas-RN, com fulcro no artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.



Encontra-se acostado ao caderno processual os documentos abaixo delineados: aviso de contratação direta, documento de formalização de demanda (DFD); Estudo Técnico Preliminar (ETP); Mapa de Análise de Riscos; Termo de Referência; Notas Fiscais; Certidões de Regularidade Fiscal; Declarações de Praxe; Documentos de Identificação; dentre outros.

Eis o relatório. Passa-se à análise Jurídica.

I. DA ANÁLISE JURÍDICA

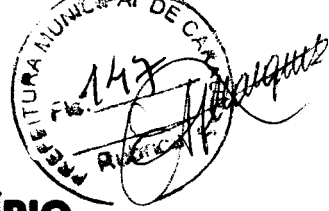
É de amplo conhecimento que as contratações públicas se subordinam ao regime das licitações, e que tal obediência deriva de norma Constitucional contida no inciso XXI do art. 37 da Carta Magna.

A matéria hoje encontra-se regulamentada pela chama nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021), que, de forma semelhante a lei 8.666/93 (antigo Lei de Licitações), excepcionou a regra da licitação em duas espécies de procedimentos, havendo alteração dos valores para 2025 (decreto nº 12.343/2024) para R\$ 62.725,59: a) dispensa de licitação (art. 75); e b) inexigibilidade de licitação (art.74).

Neste diapasão, temos que dispõe o artigo 75, inciso II, do mencionado diploma normativo, ser dispensável a licitação quando a contratação envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Vejamos *in verbis* o dispositivo aludido:

Art. 75. É dispensável a licitação:

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;



(...)"

Verifica-se, ainda, que a nova legislação apontou quais os requisitos necessários à implementação desta hipótese de dispensa, dos quais podemos destacar: **A necessidade do serviço, O valor do contrato, A justificativa técnica e de conveniência** da contratação direta.

No que tange ao caso concreto posto sob exame, verifica-se que existem os elementos autorizativos à contratação.

Enquanto a formalização do processo e contrato pretendido; no que aduz a instrução documental a fundamentá-la; a lei 14.133/2021, traz um rol de quais elementos devem ser juntados. Vejamos:

“Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;



IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilita o e qualifica o mínima necessária;

VI - razão da escolha do contratado;

VII - justificativa de preç o;

VIII - autoriza o da autoridade competente.”

Desta maneira, com lastro no rol apontado pelo dispositivo legal acima transcrito, também não enxergamos qualquer elemento desabonador da pretensão administrativa, uma vez que existe nos autos os elementos requeridos pela norma.

II. CONCLUSÃO

POSTO ISSO, considerando o que dos autos consta, bem como os princípios que regem as contratações públicas, entendemos como preenchidos os requisitos mínimos para contrata o direta, sendo dispensável a licita o, razão pela qual, opinamos, com fulcro no que aduz o artigo 75, inciso II da Lei Federal n . 14.133/2021, pela legalidade e prosseguimento do feito.

  o parecer. Salvo melhor juízo.

Cara bas/RN, 03 de fevereiro de 2026.



CARAÚBAS
PREFEITURA

**PROCURADORIA
GERAL DO MUNICÍPIO**



Ádija Fernandes Marques

Ádija Fernandes Marques

OAB/RN – 14.400

Assessora Jurídica